



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Eletronbras: CNE cobra tratamento isonômico entre empregados
Página 3



Presidente da Celesc na Comissão de Direito do Consumidor da Alesc
Página 3



#8M

Por Sônia e por todas as mulheres

DIA INTERNACIONAL DA MULHER TEVE COMO TEMA: "SÔNIA LIVRE" - MULHER RETIRADA DE SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO APÓS 40 ANOS, EM FLORIANÓPOLIS

O Dia Internacional das Mulheres foi celebrado no último sábado (8) e, apesar de ser uma data encoberta por flores e felicitações, as mulheres não possuem muitos motivos para sorrir.

30.234

Medidas protetivas requeridas em Santa Catarina em 2024 (Fonte: TJSC)

3.005

Medidas protetivas requeridas em Santa Catarina em janeiro de 2025 (Fonte: TJSC)

51

Feminicídios em Santa Catarina em 2024 (Fonte: SSP/SC)

3

Feminicídios em Santa Catarina em janeiro de 2025 (Fonte: SSP/SC)

Isto porque, além da violência direta contra elas, não há o reconhecimento de sua dupla jornada de trabalho. O nível de ocupação das mulheres no mercado de trabalho chegou a 48,1%, sendo a maioria relacionado ao cuidado: limpeza, cuidadoras de idosos, babás, cozinheiras... Dos mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos no país, 91,1% são mulheres, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E é justamente nestes campos que a maior desvalorização salarial se concentra: salários mínimos ou inferiores. Essas mulheres, quando chegam em casa, ainda são responsáveis pelo cuidado doméstico e familiar: trabalho que nem remunerado é. Ou seja, enfrentam uma jornada muito maior do que 8 horas diárias.

A cultura patriarcal considera que as atividades domésticas são de obrigação feminina, por isto, não merecem ser pagas, e quando são, não recebem um valor digno e direitos que outras profissões dominadas por homens detêm. Esta cultura fez com que Sônia Maria de Jesus, uma mulher negra e surda de 50 anos, fosse deixada em condição análoga à escravidão desde os 9 anos de idade pela família do desembargador da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Jorge Luiz de Borba.

Conheça o caso de Sônia

Ainda criança, Sônia foi retirada de sua família em Osasco, São Paulo, e levada para Florianópolis, onde, por 4 décadas, foi mantida em cárcere privado. Sem acesso à educação ou a cuidados básicos de saúde, também foi restringida a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tirando dela o direito à comunicação. O primeiro documento de Registro Geral foi feito aos 45 anos de idade, ou seja, antes disso ela nem 'existia' formalmente como cidadã. Seu caso se tornou público em junho de 2023, em meio à operação de resgate realizada na casa do desembargador, em Florianópolis. Sônia foi encontrada com a saúde bucal deteriorada e com um tumor no útero. As investigações apontaram que ela trabalhava como doméstica sem remuneração ou descanso,

e seu quarto, fora da casa principal, estava todo mofado.

Após o resgate, ela foi levada a um abrigo, e dois meses depois, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Mauro Campbell Marques, relator responsável pelo caso, autorizou que o desembargador a visitasse no local e, caso Sônia manifestasse "expressa, clara e inequívoca" vontade de retornar à casa, ela poderia ir. E foi o que aconteceu, através de manipulação psicológica feita pela família do desembargador, conforme os laudos feitos pelo Portal Catarinas e o Intercept sobre os documentos do caso.



Imagem de Sônia Maria de Jesus. Foto: Sintrajud

A decisão do relator Campbell foi discordar da conclusão do Ministério Público do Trabalho de que Sônia teria sido submetida a condição análoga à escravidão. De acordo com ele, seria "nítido que, pelos últimos 40 anos, a suposta vítima do delito viveu como se fosse membro da família, não havendo razões, portanto, para se obstar o pleito formulado pela defesa".

A irmã de Sônia, Marta de Jesus, também questionou a versão da defesa dos acusados, citando que deixaram Sônia analfabeta. "A minha mãe negra, periférica, analfabeta, não tem um filho analfabeto. Nenhum dos meus irmãos é analfabeto. A Sônia não teve direito à socialização. A Sônia não teve direito a se comunicar. A Sônia não teve direito a tentar a vida dela. A Sônia não casou, não teve filhos. Como assim? Nós tivemos filhos, nós temos filhos, nós temos família", afirmou.

Confira no QR Code ao lado a reportagem completa do Portal Catarinas sobre os documentos do caso:



Por Adriana Schmidt, com informações: Agência Brasil e Portal Catarinas

Conselheiro Paulo Horn dá continuidade à percorrida de prestação de contas pelo estado

Conselheiro eleito pela categoria já visitou seis Regionais e parte da Administração Central



O Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Paulo Horn, segue com a sua percorrida de prestação de contas do mandato. Paulo já visitou as Regionais de Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul, São Miguel do Oeste, Chapecó e parte da Administração Central. Na Central, em função de desdobramentos do ato do dia 27

de fevereiro, Paulo teve que adiar a conclusão da percorrida no prédio. **Uma nova data será agendada nos próximos dias e divulgada à categoria.**

Pela agenda, Paulo visita hoje, dia 13, a Regional da Celesc em Concórdia. Nas próximas semanas, Paulo estará nas Regionais de Blumenau (17/3), Itajaí (18/3), Joinville e Jaraguá do Sul (24/3) e Mafra e São Bento do Sul (25/3).

De acordo com Paulo, além de prestar contas do trabalho e tirar dúvidas da categoria sobre a sua atuação no Conselho, as conversas têm girado em torno das conclusões dos Seminários Regionais e os problemas com a mudança de sistemas: "Mais do que o problema momentâneo, a questão principal são os problemas estruturais ligados à uma gestão com pretensões de empresa privada, que negligencia a

recomposição do quadro de pessoal e o atendimento à sociedade, aumentando a terceirização e focando no retorno financeiro aos acionistas".

Participe das rodas de conversa do Conselheiro em seu posto de trabalho.



Celesc envia resposta a Tribunal de Contas sobre suposta atuação abaixo dos limites regulatórios da ANEEL

Resposta da empresa é verdadeira, mas omite que atual gestão permitiu que os números piorassem de 2023 para 2024

A categoria elétrica ficou preocupada com a nota divulgada em 27 de fevereiro de 2025 pelo jornalista Marcelo Lula, do Portal SC em Pauta, com o título "Relatório revela que a Celesc está abaixo dos limites da ANEEL". De acordo com a nota, uma auditoria aberta pelo Tribunal de Contas do Estado indicaria que a Celesc estaria "operando abaixo dos padrões regulatórios definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica". Ainda de acordo com Lula, o levantamento, que teria avaliado "indicadores de desempenho e a gestão econômico-financeira da estatal", evidenciaria "desafios que vão desde a eficiência operacional até a sustentabilidade financeira da empresa".

No dia seguinte à publicação da nota pelo SC em Pauta, a direção da Celesc enviou explicações ao Conselheiro do TCE. No documento, a empresa afirma que "os indicadores de Duração Média de Interrupções (DEC) e Frequência Média de Interrupções (FEC) regulatórios fecharam o ano de 2024 em 8,63 horas e 5,73 interrupções, respectivamente, melhor do que os limites impostos pela ANEEL de 9,40 horas e 7,29 interrupções". A Celesc também explica que "vem cumprindo as metas quanto aos seus indicadores, evoluindo de forma positiva na redução da frequência e no tempo de interrupções do fornecimento de energia aos seus consumidores". Além disso, a empresa afirma em sua resposta que "os níveis históricos de duração e frequência de interrupções de fornecimento percebidas pelos consumidores catarinenses demonstram que a rede elétrica da Celesc possui, inclusive, altos níveis de resiliência frente a impactos de eventos climáticos extremos que têm atingido Santa Catarina nos últimos anos".

A nota da empresa, assinada pela Diretora de Regulação, Pilar Sabino da Silva, também informa ao Tribunal que a comparação com outras Distribuidoras por meio do indicador de Desempenho Global de Continuidade (DGC) "não é adequada quando se quer observar evolução na melhoria da qualidade de prestação de serviço, uma vez que a cada ano os valores limites e os desempenhos variam em diferentes proporções para cada distribuidora, sendo as performances influenciadas ainda por características e situações operacionais de cada área de concessão".

Por fim, a Celesc elenca investimento de R\$ 4,5 bilhões, que estão sendo realizados no período de 2023 a 2026, a construção de mais de 500 quilômetros de rede trifásica e outras ações para manter a capacidade de investimentos na área de concessão. O documento conclui, afirmando que "as informações veiculadas nos meios de comunicação de que a CELESC estaria atuando em desacordo com as regras re-

gulatórias da ANEEL e do seu Contrato de Concessão, foge a compreensão e a precisa de informações e de fatos absolutamente comprováveis".

Na avaliação da Intercel, a Celesc responde algo que é verdadeiro, ou seja, **a companhia cumpre os indicadores de qualidade e financeiros**. Mas é preciso olhar um pouco além dessa resposta: ela, por exemplo, afirma que os indicadores de qualidade são cumpridos, mas **omite que os números pioraram de 2023 para 2024**. E isso está diretamente ligado a esse modelo de gestão que não contrata pessoal próprio, que terceiriza diversas atividades e que permite a precarização dos serviços. É preciso ficar claro que a Celesc está dentro do limite regulatório, mas **o tipo de administração atual vai piorando a qualidade dos serviços prestados** e isso pode, num médio espaço de tempo, ameaçar os indicadores de concessão e, principalmente, levar a uma crise de imagem ainda maior que a atual que justifique, aos olhos do governo, uma privatização da empresa. A Celesc precisa voltar a ser administrada pensando na satisfação da sociedade catarinense.

Audiência Pública na Assembleia Legislativa em 9 de abril debaterá a gestão da Celesc

Anote na agenda: está confirmada para 9 de abril a audiência pública na Assembleia Legislativa que debaterá a gestão da Celesc. Esse é mais um ato que deverá ter participação expressiva da categoria. Os sindicatos que compõem a Intercel estão se organizando para trazer trabalhadores de todo o estado para a audiência. Na mesma data, deverá ser recriada a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público na Alesc. Participe!



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Custo da cesta básica tem leve queda em Florianópolis

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo DIEESE indicou a redução de 0,13% no custo do conjunto dos alimentos básicos em Florianópolis entre janeiro e fevereiro. A redução na capital no último mês, acompanhada da elevação dos preços no Rio de Janeiro, levaram Florianópolis a ocupar a 3ª posição como cesta mais cara dentre as capitais pesquisadas – depois de um longo período ocupando a 2ª posição. De outro lado, dentre as 17 capitais pesquisadas, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 14 delas.

Tarcísio responde questionamentos na Alesc

A Comissão dos Direitos do Consumidor e do Contribuinte e de Legislação Participativa recebe nessa quarta-feira, dia 12, o presidente da Celesc, Tarcísio Rosa. O convite é para que Tarcísio discuta junto ao Parlamento os problemas de emissão e entrega de faturas de energia elétrica. De acordo com o presidente da Comissão, deputado Mário Motta (PSD), "nosso convite ao presidente da Celesc é para que esteja conosco nas próximas reuniões prestando esclarecimentos, visando a transparência e a eficiência na prestação de serviços públicos essenciais".



TRIBUNA LIVRE | Excertos do discurso da Coordenação da Intercel, na tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 27 de fevereiro de 2024, durante ato contra privatização da Celesc. Confira o discurso na íntegra nas redes sociais da Intercel

Ainda estamos aqui!

Senhoras e senhores Deputados Estaduais,

Em nome dos trabalhadores da Celesc agradecemos o espaço para tratar de tema tão importante como a empresa pública e a qualidade no serviço prestado à população. Agradecemos, em especial, ao deputado Fabiano da Luz, que nos oportunizou este espaço e que tem sido ferrenho defensor da Celesc e de seus empregados em todas as lutas.

A Celesc é a maior estatal catarinense e, dado o caráter estratégico da distribuição de energia, é uma empresa fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina. Ao longo do tempo a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem sido fiel defensora da Celesc Pública e de todos os celesquianos.

Esse mês demos início à uma percorrida aos gabinetes para conversar com os deputados e deputadas, relatando a luta em defesa da Celesc e de seus trabalhadores. Agora, novamente utilizamos a tribuna para pedir apoio em uma luta fundamental: a manutenção da qualidade no serviço prestado à população.

Desde meados de 2024, os empregados da Celesc têm sofrido com a mudança do sistema comercial que, passados 10 meses, ainda traz transtornos à população. A inabilidade da gestão da empresa para apresentar soluções efetivas tem levado ao adoecimento dos trabalhadores, expon-

do problemas estruturais da atual administração e impactando diretamente o serviço prestado ao povo catarinense e a imagem da empresa.

Prestes a completar 70 anos, a empresa sempre foi sinônimo de excelência no setor de distribuição de energia elétrica do país, tendo recebido inúmeras vezes prêmios da Agência Nacional de Energia Elétrica, por avaliação dos próprios consumidores. Isso demonstra que o trabalho feito pelos celesquianos é de qualidade e que a categoria atende Santa Catarina com responsabilidade e eficiência. Mais importante: a empresa tem uma das menores tarifas de energia do país, é pública e patrimônio dos catarinenses.

Infelizmente, apesar dos bons resultados, a empresa vem sendo administrada na contramão de seu papel público e das promessas do Governador Jorginho Mello, que declarou publicamente ser contra a privatização da Celesc. Enquanto isso, a atual Diretoria tem administrado a empresa com uma visão privada, precarizando condições de trabalho e consequentemente, o atendimento aos catarinenses.

Os problemas do novo sistema são potencializados pela lógica de priorizar resultados financeiros, distribuir cada vez mais lucro aos acionistas e reduzir aquilo que alegam ser "custos operacionais". Na prática, isso quer dizer que a atual Administração tem apostado em um modelo falho,

que trouxe prejuízos à população de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Lá, a lógica de reduzir o quadro de pessoal próprio e aumentar a terceirização fez com que esses estados sofressem com sucessivos apagões, enquanto a empresa duplicou o seu lucro. E a precarização das condições de trabalho fez com que trabalhadores da Celesc fossem socorrer os gaúchos e recompor o sistema elétrico em meio ao caos deixado pelas enchentes.

É esse o modelo que Santa Catarina quer para si? Uma empresa que tenha como objetivo apenas o lucro e que não cumpra seu papel social? Estamos aqui cobrando um planejamento que pense e administre a Celesc como uma empresa verdadeiramente pública.

A precarização das condições de trabalho é a tônica de uma administração que se recusa a compreender o papel fundamental dos trabalhadores para Santa Catarina. Desde seu início, esta administração tem se recusado a recompor o quadro de pessoal próprio, as poucas contratações realizadas têm acontecido por pressão das entidades sindicais e do Ministério Público do Trabalho.

A visão da Diretoria fica muito clara quando olhamos o orçamento aprovado. Para 2025, o orçamento não prevê verba para recompor o quadro de pessoal, que está deficitário em quase 200 empregados. A falta de novos trabalhadores agrava os

problemas gerados pelo novo sistema. Enquanto isso, o orçamento prevê o aumento da distribuição do lucro aos acionistas.

Não é segredo que a administração pauta a privatização como afirmou o Presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, em recente entrevista. Como pode um presidente indicado pelo Governador ir na contramão dos compromissos por ele assumidos? Tarcísio deveria entender seu papel como Presidente da maior estatal catarinense, respeitando os celesquianos e dando condições para que trabalhem pelo desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina.

A luta dos eletricitários catarinenses é pela manutenção da empresa sob controle estatal, possibilitando a utilização da energia elétrica como vetor do desenvolvimento e criação de políticas públicas que proporcionem melhores condições de vida para o povo catarinense.

Para isso é preciso pensar e planejar a Celesc como uma empresa pública, resolvendo os problemas do sistema, mas principalmente corrigindo os erros, com a contratação de trabalhadores, sempre mantendo o foco em atender bem os consumidores.

Novamente, pedimos apoio dos deputados nesta luta, porque garantir condições de trabalho, remuneração e vida dignas aos trabalhadores é garantir um bom atendimento à sociedade catarinense, papel principal da empresa pública.

CNE cobra tratamento isonômico entre trabalhadores do grupo Eletrobras

Como resposta, direção da Eletrobras já sinalizou ao CNE a antecipação do pagamento da PLR para o mês de março de 2025

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em função do Acordo Coletivo aceito pela categoria em parte das bases da Eletrobras e Furnas, e considerando o compromisso da Eletrobras em estender os benefícios para as demais bases quando da negociação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, por fim, considerando que a Eletrobras anunciou a abertura de novo Plano de Demissão Consensual (PDC) em parte da base do Sistema Eletrobras, solicitou, por meio de correspondência em 7 de março, o seguinte: "A extensão dos benefícios acordados neste último acordo às demais bases do Sistema Eletrobras, como por exemplo, a manutenção do

plano odontológico nos planos de autogestão, pleito já manifestado pelos integrantes do CNE no âmbito da comissão saúde; O cumprimento da extensão dos benefícios fechados junto ao TST às bases que assinaram a primeira versão do acordo coletivo, conforme comunicado Somos Eletrobras Gente nº 33 - 05/07/2024; A antecipação do 13º salário conforme previsto nos acordos coletivos, anteriormente solicitado pelas entidades sindicais e pendentes de resposta por parte da empresa; Apresentação do resultado dos Indicadores da PLR 2024 para Comissão de PLR; O envio dos números de desligamentos conforme acordado junto ao TST quando do fecha-

mento da segunda versão do Acordo, por empresa e por base, de forma a garantir a transparência no processo, conforme carta anteriormente enviada por entidades sindicais e federações; A reabertura do PDC em todas as bases da Eletrobras".

O CNE compreende que as diferenças existentes entre as empresas do grupo não colabora com o bom clima organizacional. **Em resposta, a Eletrobras informou ao CNE que antecipará o pagamento da PLR - que ocorreria em maio - para o mês de março.** O pagamento deverá ocorrer até o dia 28 deste mês. Essa é mais uma conquista da perseverança do movimento sindical.

Sinergia e Juntas! promovem debate sobre o caso de Sônia Maria de Jesus

Encontro contou com a participação da auditora do Trabalho que atuou no caso de Sônia

O Sinergia promoveu na sexta-feira, dia 7 (véspera do Dia Internacional da Mulher), um debate sobre o caso de Sônia Maria de Jesus - situação relatada na capa dessa edição. A palestrante que abriu o debate foi Luciana Carvalho, que é auditora do Ministério do Trabalho e foi uma das profissionais designadas para atuar no caso de Sônia.

De acordo com a auditora, o Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina teria recebido uma denúncia em 2022 sobre um suposto caso de trabalho análogo à escravidão, que estaria sendo mantido por um desembargador catarinense em sua residência.



E que, pelo fato de ter um desembargador envolvido, o Ministério Público do Trabalho teria pedido apoio ao Ministério do Trabalho e autorização do Ministério Público Federal para entrar com um pedido no Superior Tribunal de Justiça para poderem adentrar à casa do desembargador. E que, somente após a autorização do STJ, foi possível ingressar na residência, já no ano de 2023.

A auditora afirma que no dia autorizado para a equipe adentrar ao imóvel, misteriosamente, a imprensa já estava sabendo antecipadamente do caso. E que, ao chegarem ao local, verificaram que a trabalhadora doméstica Sônia tinha 51 anos, era negra, surda, analfabeta em Português e em Libras,

que vivia com essa mesma família há pelo menos 40 anos e que não tinha carteira de identidade até os seus 45 anos. E que só teve acesso a título de eleitor, CPF e plano de saúde nos últimos 5 anos, situação diferente dos demais filhos do desembargador. Além disso, apesar de Sônia ser analfabeta, no dia em que foi resgatada da casa do magistrado, ela dormia num quarto cheio de livros de Direito, enquanto suas roupas estavam num outro quarto nos fundos da casa, o que gerou estranhamento aos profissionais que atuaram no caso. E que, algum tempo depois, a família do desembargador entrou com uma ação pedindo a adoção de Sônia, dizendo que ela era considerada como uma filha do desembargador.

A auditora explicou que Sônia fora inicialmente retirada da residência e levada para um abrigo, onde passou a ter uma outra rotina, inclusive com curso de Libras, para que pudesse se comunicar melhor e expressar seus desejos. Mas que, com autorização do STJ, a família do desembargador conseguiu trazer Sônia de volta para sua casa.

Em função da repercussão do caso à época, a família biológica de Sônia, no estado de São Paulo, acabou descobrindo o paradeiro da mulher. De acordo com sua irmã, ela teria sido retirada de sua mãe ainda criança, sob a promessa da família do magistrado de que cuidaria dela apenas por um tempo. Ainda de acordo com a auditora, a família biológica estaria procurando por Sônia há décadas, sem sucesso.

Sônia permanece até hoje na casa da família do desembargador. Apesar dos demais filhos do magistrado falarem outros idiomas, terem completado cursos superiores e viajado para outros países, Sônia é a única pessoa da família que não teve acesso a tudo isso, o que demonstra que não havia

uma relação familiar no caso, mas uma relação de trabalho análogo à escravidão: "o caso de Sônia não é zona cinzenta. É muito claro que havia ali uma relação de trabalho. As próprias testemunhas levadas pela família do desembargador confirmam que ela era trabalhadora na casa", afirma a auditora, lembrando que Sônia não tinha nenhum direito trabalhista.

A família de Sônia segue tentando que ela retorne para casa, em São Paulo, ou que, ao mínimo possam se relacionar com ela, o que vem sendo impedido até o momento. Luciana conclui sua fala argumentando que "o caso é muito chocante. O trabalho aparece nos testemunhos. A família tenta encontrar com Sônia, mas há toda uma burocracia. Foi negado que ela passasse o último Natal com os familiares, ela nunca pode pernoitar com a família em Florianópolis ou visitar os familiares em São Paulo. A gente tem que tentar fazer muito barulho, pois a ação de adoção acontece em Santa Catarina e ele é desembargador aqui no estado".



Além da palestra de Luciana, também discursou a professora Samara Madureira, pelo Movimento Juntas! sobre o surgimento do Dia Internacional da Mulher. Ao final do evento, a artista Belu fez uma apresentação sobre a libertação do corpo das mulheres.

#8M promove marcha em frente ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Ato foi promovido em frente ao local de trabalho onde atua o desembargador acusado de forçar Sônia a trabalho análogo a escravidão

Uma marcha por liberdade! Foi assim que as mulheres ocuparam as ruas do Centro de Florianópolis no fim da tarde de segunda-feira, 10 de março.



Organizadas pelo 8M, a Marcha que marca o Dia Internacional das Mulheres trouxe neste ano o mote da luta pela liberdade de Sônia, uma mulher mantida em situação

de escravidão na casa de um desembargador em Santa Catarina.

O Sinergia esteve presente na construção deste dia e na marcha de segunda, se somando às centenas de mulheres e homens e representações de movimentos sociais que foram às ruas denunciar e cobrar justiça! Outras manifestações ocorreram nas demais regiões do estado.

A Intercel e a Intersul reforçam a sua luta contra a escravidão, o racismo, o machismo, a misoginia e por justiça! Seguimos em marcha até que todas as mulheres estejam livres!

